

# Sumário

Introdução .....1

## **Unidade I: O Valor da Segurança Jurídica no Direito Tributário**

**Capítulo 1: A Segurança Jurídica do Contribuinte –  
Da Idade Média à Crise do Estado-Nação ..... 13**

**Capítulo 2: Globalização, Sociedade de Risco e Segurança .....37**

**Capítulo 3: A Segurança Jurídica do Contribuinte  
na Era da Ambivalência .....59**

## **Unidade II: A Segurança Jurídica como Certeza do Direito no Princípio da Legalidade Tributária**

**Capítulo 4: Legalidade e Juridicidade.....75**

**Capítulo 5: Origens Históricas e Fundamento da Legalidade Tributária....91**

**Capítulo 6: A Legalidade Tributária e A Lei em Sentido Formal ..... 103**

6.1) Legalidade em Sentido Estrito e Reserva Absoluta de Lei ..... 103

6.2) A Lei e a Medida Provisória..... 110

6.3) A Função da Constituição..... 114

6.4) A Função da Lei Complementar ..... 119

**Capítulo 7: O Conteúdo Material da Legalidade Tributária..... 131**

**Capítulo 8: Determinação e Tipicidade Tributária..... 139**

8.1) Determinação e Abstração ..... 139

8.2) Os Conceitos de Direito.....	146
8.2.1) Os Conceitos Abstratos .....	148
8.2.2) Os Tipos.....	152
8.3) A hipótese de incidência tributária e o tipo.....	159
<b>Capítulo 9: Os Conceitos Indeterminados e a Reserva Legal .....</b>	<b>169</b>
9.1) O Direito e a Imprecisão Conceitual.....	169
9.2) Conceitos Indeterminados e Discricionariedade.....	171
9.3) Reserva Legal Tributária e os Conceitos Indeterminados .....	182
9.4) Os Limites à Atribuição Normativa ao Regulamento Tributário .....	192
<b>Capítulo 10: A Discricionariedade Violadora da</b>	
<b>Legalidade em Nossa Legislação Tributária.....</b>	<b>197</b>
10.1) Fato Gerador e Base de Cálculo Definidos pelo Regulamento .....	198
10.1.1) O Regulamento que Ultrapassa	
os Limites da Lei de Incidência .....	198
10.1.2) O Regulamento que Tributa sem Habilitação Legal.....	199
10.1.3) Alterações da Base de Cálculo pelo Regulamento .....	200
10.2) As alíquotas pelo Regulamento .....	201
10.2.1) A Fixação de Alíquota pelo Regulamento .....	201
10.2.2) As Alterações de Alíquota pelo Poder Executivo	
sem Previsão Constitucional .....	202
10.2.3) Do Aumento de Alíquota em Virtude de Lei.....	202
10.3) Da definição de Sujeito Passivo por Regulamento.....	205
10.3.1) Da Definição do Contribuinte por Decreto .....	205
10.3.2) Substituição Tributária por Decreto.....	205

10.4) Dos Benefícios Fiscais pelo Regulamento .....	206
10.4.1) Dos Benefícios Fiscais Concedidos pelo Regulamento ....	206
10.4.2) Do Condicionamento Legal de Benefícios Fiscais ao Regulamento .....	208
10.4.3) Do Afastamento de Benefício Fiscal Legal com Base em Restrição Prevista no Regulamento .....	209
10.4.4) Redução de Benefício Fiscal pelo Regulamento.....	210
10.4.5) Analogia para Excluir Benefício Fiscal .....	211
10.5) Compensação Condicionada pelo Regulamento .....	212
10.6) Autorização Casuística do Poder Executivo para Transferência de Crédito de ICMS .....	214
10.7) Das Penalidades por Decreto .....	216
10.7.1) Penalidade Fixada por Decreto .....	216
10.7.2) Penalidade Graduada por Decreto .....	216

### **Unidade III: O Aspecto Temporal da Segurança Jurídica e o Princípio da Não-surpresa do Contribuinte**

<b>Capítulo 11: O Princípio da Irretroatividade Tributária .....</b>	<b>221</b>
11.1) A Retroatividade das Leis e a Retroatividade Tributária.....	221
11.2) A Irretroatividade e o Fato Gerador Complexivo .....	228
11.3) A Retroatividade no Direito Tributário.....	231
11.3.1) As Leis Interpretativas .....	232
11.3.2) A Norma Tributária Sancionatória .....	239
11.3.3) As Leis que Estabelecem Novos Critérios de Apuração e Fiscalização do Tributo .....	241

<b>Capítulo 12: O Princípio da Anterioridade Tributária.....</b>	<b>245</b>
12.1) Temporariedade, Anualidade e Anterioridade.....	245
12.2) A Evolução no Brasil: Da Anualidade a Anterioridade .....	249
12.3) O Princípio da Anterioridade Tributária na Constituição de 1988.....	253
12.4) A Anterioridade Nonagesimal .....	257
12.5) A Noventena Constitucional.....	258
12.6) A Anterioridade e as Emendas Constitucionais .....	261
12.7) A Revogação de Isenção e a Anterioridade.....	267

## **Unidade IV: A Dimensão Subjetiva da Segurança Jurídica**

<b>Capítulo 13: A Segurança Jurídica Subjetiva e o Princípio da Proteção da Confiança Legítima .....</b>	<b>273</b>
13.1) A Segurança Jurídica Subjetiva no Princípio da Proteção da Confiança Legítima pelo Legislador.....	273
13.2) Proteção da Confiança Legítima Quanto à Modificação dos Atos do Poder Executivo.....	279
13.3) A Proteção da Confiança e a Declaração de Inconstitucionalidade da Lei.....	283
13.4) A Proteção da Confiança e a Alteração da Jurisprudência.....	288
<b>Capítulo 14: A Proteção da Confiança Legítima no Direito Tributário ....</b>	<b>291</b>
14.1) A Proteção da Confiança e a Mudança na Interpretação Administrativa .....	292
14.2) O Princípio da Confiança nos Atos Administrativos sem Fundamento Legal e na Valoração dos Fatos.....	294

14.2.1) A Proteção da Confiança e os Benefícios Fiscais de ICMS sem Convênio .....	299
14.3) A Proteção da Confiança e o Perdão das Penalidades Pecuniárias...	300
14.4) A Proteção da Confiança e a Revogação dos Benefícios Fiscais Condicionados e Por Prazo Certo .....	302
14.5) A Proteção da Confiança e o Controle da Constitucionalidade da Lei Tributária.....	305
14.6) Os Efeitos Prospectivos de Decisão sobre a Constitucionalidade de Lei Tributária.....	310
<b>Conclusão .....</b>	<b>315</b>
<b>Referências.....</b>	<b>329</b>